

Governo de Minas inicia calendário de visitas aos territórios atingidos e avança em ações de reparação do Acordo do Rio Doce

Ter 03 março

O [Governo de Minas](#) está reforçando a participação social como parte essencial do Acordo de Reparação do Rio Doce. A [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#) esteve, nos últimos dias, em territórios atingidos pela tragédia de Mariana para ouvir as populações locais sobre suas demandas no âmbito da reparação. A pasta tem um calendário previsto para 2026, e a expectativa é que as visitas aconteçam em todas as comunidades.

Os encontros para escuta da população foram realizados nos distritos de Merengo e Santana do Deserto, nos municípios de Santa Cruz e Rio Doce. Já no dia 26/2, aconteceu, em Ponte Nova, a segunda reunião da Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce (IMPS/Doce), instituída pela Portaria Conjunta nº 1, de 22/10/25, sendo essa a primeira reunião realizada no território atingido.

“Mais importante do que reparar a tragédia, é ter a garantia de que essas ações estão sendo efetivas para quem mais precisa, que são os moradores das localidades que sofreram com o que aconteceu. Estar nesses lugares é ver de perto os impactos e, a partir disso, podemos desenvolver iniciativas que beneficiem a população, fazendo com que as demandas deles sejam ouvidas e concretizadas”, afirmou o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões.

Visita aos territórios

Nos encontros com as comunidades, a Seplag-MG ouviu associações, lideranças locais e moradores sobre projetos de reparação que são executados pelo Governo de Minas, incluindo iniciativas como instalação de placas fotovoltaicas de energia solar, planos de ação em saúde, fortalecimento das associações locais de esporte e cultura.

As visitas foram articuladas com a assessoria Técnica Independente (ATI) que atua nos territórios assessorando as pessoas atingidas. A [Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais \(Emater-MG\)](#) também participou da ação.

“Eu moro aqui desde quando eu nasci e, para nós, é muito importante participar das decisões sobre esse lugar que é nosso. Eu espero que melhore muito mais nossa situação, com o apoio que vamos ter e que está começando. Nós almejamos tantas coisas: melhorias na comunidade, atendimento médico, transporte, cursos”, conta a moradora da Comunidade do Merengo, Zenilda Gomes.

Participação Social

A IMPS/Doce Grupo é um espaço de representação e escuta das comunidades atingidas, ampliando o diálogo e a transparência das ações de reparação. A reunião em Ponte Nova

deliberou e acatou as sugestões apresentadas pelas lideranças das comunidades. As propostas serão incorporadas nos projetos que serão executados.

Entre eles está a sinalização da origem do recurso na concessão da BR-356, cujo contrato também contempla o comprometimento com a realização de processos de licenciamento ambiental, que incluem avaliações relacionadas à fauna e à flora.

Também foi discutida a possibilidade de melhoramento da MG-256, em especial o trecho que liga o distrito de Gesteira ao município de Barra Longa, e de Gesteira à comunidade de Cláudio Manoel

Outra demanda apresentada pelos membros da sociedade civil foi a divulgação de relatório, produzido por auditoria técnica independente, em linguagem acessível sobre os testes de tratabilidade da água que abastece as cidades de Ituaçu e Resplendor, que será divulgado pelo Comitê Estadual de Minas Gerais (Cemg).

“Fizemos questão de trazer membros de outros órgãos e entidades estaduais para responder às demandas da população e ouvir novas propostas, como as possibilidades de melhorias em alguns editais, pleitos sobre pavimentação de rodovias, entre outras. Com essa iniciativa, reforçamos estar sempre atentos a todas as pautas que são de maior preocupação da população para que a reparação seja a melhor possível”, ressalta a superintendente Central de Reparação do Rio Doce, Thais Vilas Boas.

Reparação

O Acordo de Reparação do Rio Doce foi firmado em outubro de 2024 entre os governos de Minas, Espírito Santo e Federal, as Instituições de Justiça – MPF, MPMG e DPMG –, e as empresas Samarco, Vale e BHP. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015, causou a morte de 19 pessoas, além de danos econômicos e ambientais de grandes proporções.